

Temos que nos irmanar. Não podemos ser contra a diminuição da maioridade penal porque, pelo Instituto de Pesquisa Datafolha, 92% do povo aprovam essa lei. A vontade do povo é a vontade de Deus. Então, não venham dizer aqui, da tribuna, que são contra a diminuição da maioridade. Tem que se aprovar essa lei? É claro, mas tem que se cuidar também dos nossos menores.

Peço aos nobres deputados que ajudem a aprovar o meu projeto para acolher esses menores que vivem perambulando nas ruas de São Paulo e outras cidades do interior. Vamos cuidar deles através de suas famílias e de órgãos competentes. Não podemos mais ficar de braços cruzados.

Quero dizer que aqui está um médico, um cidadão, um parlamentar que luta pela diminuição da maioridade penal e o acolhimento dos menores, principalmente infratores.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE - GILENO GOMES - PSL - Tem a palavra o nobre deputado Coronel Camilo.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, assessorias, aqueles que nos assistem pela TV Assembleia, a minha fala hoje, aqui, é sobre a Frente Parlamentar de Segurança Pública.

Hoje, nesta Casa, nós lançamos a Frente Parlamentar de Segurança Pública. É uma Frente que pretende trazer o debate da Segurança Pública para dentro da Assembleia Legislativa de São Paulo. Assim, poderemos trazer as ideias, trazer as pessoas que lidam com Segurança Pública, e até aqueles que não lidam com Segurança Pública, para discutir as questões.

Mais do que isso, iremos fazer propostas ao nosso governo do estado, ao secretário de Segurança Pública, naquilo que não for atribuição da Assembleia Legislativa. Vamos propor, junto com os outros 93 deputados, especialmente aqueles que também militam pela Segurança Pública, Coronel Telhada, Delegado Olim, Gil Lancaster e mais alguns que também são bem interessados e gostam dessa área, projetos de competência desta Casa.

A Frente Parlamentar também tem essa missão, trazer ideias para os projetos que puderem ser desenvolvidos por esta Casa. Aquilo que não for de competência desta Casa será encaminhado para quem possa resolver, seja o governo do estado, seja uma providência administrativa do próprio secretário de Segurança Pública, seja o Congresso Nacional.

Ideias discutidas aqui, mas que não são de competência estadual, serão levadas, através do Capitão Augusto, do Major Olímpio, daqueles que estão na área federal, para a área federal.

Da mesma forma no município. Esteve presente também aqui o secretário de Segurança Pública municipal no lançamento da Frente. A ideia é que aquilo que for de competência da área municipal também será mandado para essa esfera de atuação do poder público.

Ou seja, a ideia é fazer uma Frente que seja extremamente propositiva, que produza resultados, que não fique só discutindo as questões e chegando a diagnósticos. Nós queremos mais do que isso, queremos chegar a apresentar produtos factíveis, que possam ser encaminhados. Que leis ou projetos ou ações de governo sejam feitas e que elas modifiquem realmente a vida do cidadão de São Paulo para melhor.

É dessa forma que nós, que integramos a Frente, eu, o Coronel Telhada, o Delegado Olim, o Gil Lancaster, o Cezinha de Madureira, o Itamar Borges e outros que pertencem à Frente Parlamentar, queremos proceder.

Essa é a ideia. Trazer a discussão de Segurança Pública para esta Casa, como fizemos em outras Casas de leis, no caso a Câmara Municipal de São Paulo, junto com nosso amigo Coronel Telhada. Aqui também queremos trazer a discussão e promover a melhoria da Segurança Pública. É dessa forma que pretendemos trabalhar.

Deixo aqui o meu agradecimento a todos que estiveram, hoje, no lançamento da Frente Parlamentar, a começar pelo nosso presidente, nobre deputado Fernando Capez, que fez a abertura do lançamento da Frente Parlamentar de Segurança Pública. Agradeço a nossos deputados que estiveram presentes, a nossos Conseqs, que se fizeram presentes.

Um agradecimento especial ao coronel Ricardo Gambaroni, nosso comandante-geral. Tivemos a presença de pelo menos sete ou oito coronéis da Polícia Militar, mesmo com outro evento da Polícia Militar, do exército, ocorrendo hoje, ao mesmo tempo. Fizeram-se presentes muitos tenentes-coronéis, maiores e pessoas integradas de nossa Polícia Militar. Representando o nosso delegado-geral, esteve aqui o delegado-adjunto.

Todas essas pessoas demonstram o interesse pela Segurança Pública e a importância do tema nessa discussão. Vai o meu agradecimento a todos que compareceram e fica o convite a você, que está nos assistindo. Participe da Assembleia Legislativa, exerça a sua cidadania. Entre no site do seu deputado, seja ele quem for. Participe, não seja indiferente, traga as ideias e sugestões. As críticas também são bem-vindas, mas não deixe de participar junto à Assembleia Legislativa.

No caso da Frente Parlamentar de Segurança Pública, em breve, teremos um site específico para cuidar dela, e suas ideias são bem-vindas. Participem e exerçam a cidadania. É assim que nós vamos modificar, não só a Segurança Pública do estado de São Paulo e do Brasil, mas, principalmente, a vida de todos nós. Temos que participar, exercer a cidadania e não sermos indiferentes. Acredito piamente que é possível fazer muito mais. É possível fazer mais e melhor.

O SR. PRESIDENTE - GILENO GOMES - PSL - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o nobre deputado Coronel Telhada.

O SR. CORONEL TELHADA - PSDB - Sr. Presidente em exercício, nobre deputado Gileno Gomes, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectador da TV Alesp, visitantes, funcionários desta Casa, estamos novamente nesta tribuna, informando a todos, como já dissemos, que a partir das próximas semanas estaremos participando de várias comissões desta Casa. Estaremos na Comissão de Direitos Humanos, na Comissão de Segurança Pública, na Comissão de Assuntos Metropolitanos e Municipais, estamos também como titular na Comissão de Atividades Econômicas. Além disso, estamos compoando a Comissão de Constituição e Justiça, e a Comissão de Transportes e Comunicações, como substituto.

Sr. Presidente, venho a esta tribuna comentar algumas ocorrências publicadas nos jornais. A primeira é uma ocorrência muito triste para nós policiais, onde o jornal noticia que um ex-PM, possivelmente um PM, foi recolhido preso, possivelmente, suspeito de participar da morte dos indivíduos da torcida organizada do Corinthians.

É uma notícia muito triste para todos os policiais militares, por quanto fomos formados para defender a lei, defender a justiça e o cidadão.

Infelizmente, há alguns indivíduos do nosso meio que não prestam. Aliás, como em todo serviço há sempre alguém que não presta, há sempre alguém que parte para o lado errado, e a polícia não é exceção.

Lembro aos nobres pares que até o ano passado tínhamos um deputado estadual nesta Casa que era bandido, um condenado e foragido, tanto assim que depois foi expulso do partido.

Vejam os senhores que até no meio de Deputados nós temos pessoas envolvidas com o crime. Na Polícia, infelizmente, um desses indivíduos já havia sido detectado a tempo, já havia sido, inclusive, expulso da corporação, porque na Polícia Militar nós não compactuamos com criminosos. Mas, infelizmente, às vezes surge alguém nessa situação.

O caso desse indivíduo está sendo analisado. Se for comprovado que esse cidadão está envolvido nesse caso, nós pedimos que ele seja expulso da corporação, porque nós, policiais militares, não compactuamos com crime, e não aceitamos pessoas criminosas no nosso meio.

No meu entendimento é como se fosse situação de guerra, Sr. Presidente, ou seja, traiu, está com o inimigo, seria o caso de ser fuzilado. Mas como este é um país democrático, e nós tratamos todo mundo com benevolência, que ele pague na Justiça o que deve e que seja expulso da Polícia Militar, caso fique comprovado que ele realmente participou desse crime.

Venho aqui também porque tenho ouvido muitas críticas à ação violenta e truculenta da Polícia Militar do Paraná. Enfim, como sempre a Polícia, mais uma vez, vai pagar o pato da má administração, da falta de planejamento do governo.

Os jornais de hoje, infelizmente, também noticiam que o Comandante da Polícia Militar do Paraná pediu exoneração do cargo. Isso nós já havíamos comentado em sessões anteriores, onde já havíamos criticado o Sr. Secretário de Segurança Pública do Paraná, devido à sua postura, que vejo como uma postura covarde e antiprofissional ao querer passar para a Polícia Militar a responsabilidade pelo confronto que acabou ocorrendo entre os grevistas e a Polícia Militar no Estado do Paraná.

Infelizmente, aquela situação já era prevista. Tanto é verdade, que já havia uma ordem judicial para que se mantivesse o policiamento no entorno da Assembleia, porque já se previa a invasão da Assembleia Legislativa. E pelo que consta, aqui no jornal, o comandante da PM alertou várias vezes o secretário que haveria esse confronto. Mesmo assim, a ordem foi mantida, porque a ordem tem que ser cumprida - o que o secretário fez foi realmente a parte legal, ele tinha que manter a ordem - e houve o confronto previsto. Agora, as pessoas, as quais caberiam defender a Polícia, que cumpriu a lei, passam a criticá-la.

Até entendemos os grevistas nos criticarem, as pessoas que não gostam da Polícia nos criticarem, pois isso faz parte do jogo. Mas as pessoas que chefiam a Polícia, que tinham a obrigação legal de defender a Polícia Militar, passam a criticá-la. Por quê? Porque se acovardam nas suas posturas, dão a ordem e não a cumprem. Aliás, nós já vimos essa história no episódio do Carandiru, em 1992. É a mesma coisa. Quem cumpre a lei e paga o pato é sempre a Polícia Militar.

E aqui eu quero ler publicamente um documento do manifesto da Feneme, Federação Nacional dos Oficiais Militares Estaduais em apoio à Polícia Militar do Paraná e contra as declarações do secretário de Segurança do estado do Paraná, Fernando Francischini. Vamos ler aqui:

“A Federação Nacional dos Oficiais Militares Estaduais (Feneme), representante de 39 entidades de Oficiais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares do Brasil em 23 estados da federação mais o Distrito Federal vêm, perante a sociedade paranaense e brasileira, manifestar o apoio à Polícia Militar do Paraná e repudiar as declarações do Secretário Fernando Francischini veiculadas pela imprensa, de 04 de maio de 2015, em que atribui unicamente a Polícia Militar a responsabilidade pela operação policial que, atendendo determinação judicial, impediu a invasão da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná por manifestantes, ocasionando diversos feridos, policiais e manifestantes.

Outro poderia ter sido o desfecho se o Estado do Paraná não se arvorasse a contrariar norma federal, Decreto-Lei 667/1969, que confere autonomia operacional ao Comando da Polícia Militar, concedendo, por meio da lei estadual nº 16.575/2010, subordinação operacional da Polícia Militar ao Secretário de Segurança.

Os fatos no Brasil e no exterior já demonstraram o quanto é maléfico para uma polícia ser conduzida por políticos. Políticos devem fazer políticas, que orientarão as polícias, mas não comandar polícias.

A Feneme confia que a Polícia Militar do Estado do Paraná, instituição com quase dois séculos de existência e excelentes serviços ao povo paranaense, e por meio de seu Comando, saberá identificar os policiais militares responsáveis por eventuais excessos, e se for o caso, responsabilizando-os administrativamente ou encaminhando os inquéritos policiais militares para as responsabilizações no âmbito da Justiça.

Da mesma forma, a Feneme espera que os responsáveis pelas agressões aos policiais militares e ao patrimônio público sejam responsabilizados civil e criminalmente.

Esperamos que as autoridades constituídas do Estado do Paraná reflitam sobre o episódio e tirem uma lição sobre os fatos, principalmente restabelecendo a autonomia operacional da Polícia Militar do Paraná impedindo que episódios como ocorreram em relação ao deputado federal e secretário Fernando Francischini, voltem a ocorrer. Brasília, 7 de maio de 2015. Assinado pelo Coronel Marlon Jorge Teza, presidente.”

Sr. Presidente, isto é uma situação muito interessante porque infelizmente as polícias militares, ao longo da história, cada vez mais estão subordinadas ao lado político, não podendo agir.

Aliás, é o que a presidente Dilma está tentando fazer com a Polícia Federal: fazer com que o chefe da polícia seja indicado pela presidente. Ou seja, vão querer mandar na Polícia Federal.

Também é medo, porque estão descobrindo um monte de absurdo, Petrobras, Eletrobras e várias coisas que estão surgindo. Então, aqui vai o nosso repúdio a toda a crítica à polícia do Paraná porque não merece ser tachada como violenta e não merece pagar esse pato, que não é da Polícia Militar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectador da TV Alesp, visitantes, funcionários desta Casa, quero me solidarizar com a nossa polícia do Paraná, como bem falou aqui o comandante Telhada.

Venho adicionar uma informação ao que falou o Coronel Telhada sobre os policiais que acabam se desviando. Deixo bem claro para todos que o pior bandido é o bandido de farda, não tenha dúvida nenhuma.

Falo agora com muito conhecimento. Fui comandante-geral da Polícia Militar por três anos. Se existe uma coisa que nós não fazemos é passar a mão na cabeça de bandido. Nós somos defensores dos Direitos Humanos, somos defensores do cidadão.

O primeiro comprometido a defender o cidadão tem que ser o policial. Se isso acontece, nós vamos ser firmes. Durante os meus três anos de comando nós chegamos a expulsar e demitir uma média de 250 pessoas que se desviaram da função. Eu chamo de pessoas por quem não deveriam ser policiais.

Num conjunto de cem mil, o número é pequeno, sabemos, mas aparece muito. Como em qualquer profissão, a gente sempre tem.

Então, para todos os que estão nos assistindo, para aqueles que acompanham a TV Alesp, a Polícia Militar é muito controlada, não deixa passar qualquer problema, tem uma corregedoria muito forte que investiga e coloca na rua aqueles que não devem ser policiais, não devem continuar como policiais.

Além disso, tem a Ouvidoria de Polícia, que também sempre está levantando os casos e mandando para apuração. Por fim, o Ministério Público, que também trabalha com o controle externo da polícia.

Não deixe de comunicar qualquer problema que tenha, não só em relação à criminalidade, mas em relação a policiais que não estejam agindo de forma correta. Tenha sempre em mente que a polícia não compactua com isso e exclui das fileiras da corporação aqueles que se desviam.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - GILENO GOMES - PSL - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público presente, telespectador da TV Alesp, de volta à tribuna, gostaria de dizer que apoiamos os dois projetos que o deputado Telhada apresentou, projetos importantes e estratégicos nessa área da garantia dos direitos humanos. Parabéns, deputado, pela iniciativa! Pode contar com todo o apoio da nossa bancada.

Novamente sobre a questão do massacre dos professores do Paraná, promovido pelo governador Beto Richa, do PSDB, gostaria de dizer o seguinte. O governador Beto Richa traiu os professores, massacrrou os professores, instrumentalizou a Polícia Militar, moveu todo ao aparato repressivo do estado contra os professores. Além de massacrar os professores e trair o Magistério estadual, agora ele está traido a polícia e os seus subordinados, como o secretário de Educação, que se autoexonerou. Hoje, tivemos a notícia de que o secretário de Segurança Pública saiu do cargo; ontem, o comandante da Polícia Militar. Ou seja, os três responsáveis pela ação mais direta no processo de repressão e massacre aos professores.

Tem mais um dado que gostaria de levantar; uma questão curiosa. Uma juíza ou um juiz concedeu uma liminar para a Assembleia Legislativa proibindo a entrada de pessoas numa sessão, na qual seria votado o projeto de confisco de recursos da previdência dos servidores do estado do Paraná. Como que um juiz concede uma liminar proibindo a população de acompanhar na Assembleia Legislativa, que é a Casa do povo, uma sessão, uma votação? Essa pessoa também tem que ser punida, pela Corregedoria do Tribunal de Justiça do Paraná ou pelo Conselho Nacional de Justiça. Alguém tem que denunciar. Nós, do PSOL, já denunciamos. Fomos ao Ministério, à Procuradoria Geral da Justiça. Na época, entramos com uma representação, exigindo que os responsáveis pelo massacre dos professores do Paraná fossem punidos. É importante que esse juiz ou essa juíza também receba algum tipo de punição.

Esse episódio está sendo muito pedagógico. Agora, os governantes irão pensar duas vezes antes de reprimir professores. Aqui mesmo, em São Paulo, já estamos sentindo a diferença. O governador Geraldo Alckmin, com medo da repercussão - até porque Beto Richa é amigo dele, do mesmo partido -, não coloca mais a Tropa de Choque na frente dos professores. Ele está escondendo os policiais em algum lugar distante. Até esse episódio, tínhamos muitos policiais na Av. Paulista, lado a lado com os professores. Agora, a Tropa de Choque fica escondida, bem longe, porque o governador, espertamente, não quer associar a imagem dele a esse massacre. Ele sabe que isso também pode acontecer em São Paulo.

O que aconteceu no Paraná foi muito triste, porque foi um duro golpe contra o Magistério, contra os professores e contra a educação pública. Infelizmente, isso aconteceu. Queremos a punição de todos os culpados. Pelo que me parece, só falta agora punir o governador. Final, os secretários da Educação e da Segurança pública e o comandante da Polícia Militar já foram exonerados. Só está faltando uma punição exemplar para o sanguinário governador Richa.

Sr. Presidente, voltando aos assuntos de São Paulo. Neste momento, iremos realizar uma grande manifestação, uma grande assembleia dos professores na Av. Paulista. Tenho certeza de que teremos mais de 50 mil professores para decidir os rumos do movimento.

Os professores estão lutando contra a superlotação de salas, os salários aviltantes e o fechamento de mais de 3.600 salas em todo o estado de São Paulo. É uma luta em defesa da educação pública gratuita e de qualidade. É uma luta contra o desmonte da Educação.

É por isso que os professores estão paralisados. Se, no Paraná, o governador Beto Richa massacrrou fisicamente os professores, aqui o governador Geraldo Alckmin também massacrrou os professores e o Magistério público estadual, de uma forma covarde, desmontando a carreira do Magistério, colocando os professores nessa situação.

Sr. Presidente, são dois massacres promovidos contra os professores: temos o do Paraná e o de São Paulo, promovido pelo governador Geraldo Alckmin, do PSDB. Continuaremos apoiando a luta em defesa do Magistério público estadual e em defesa de uma escola pública gratuita e de qualidade.

Queremos uma escola de qualidade para os nossos mais de quatro milhões de alunos matriculados nessa rede. É por isso que estamos marchando e acompanhando toda a movimentação dos proferesores, colocando o nosso mandato totalmente à disposição da luta do Magistério público.

Como professor e diretor de escola pública, sei muito bem qual é a real situação hoje da rede estadual e das redes municipais. Só com muita luta e resistência é que iremos reverter esse quadro.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - GILENO GOMES - PSL - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, já abordei por duas vezes o tema da educação. Por isso me inscrevi mais uma vez para fazer um registro importante. Primeiramente, gostaria de manifestar toda a nossa indignação e o nosso repúdio ao ajuste fiscal, tanto o do governador Geraldo Alckmin quanto o da presidente Dilma.

O governador Geraldo Alckmin está desmontando o estado de São Paulo, retirando direitos dos servidores públicos, reduzindo verbas da Educação, da Cultura e de vários setores. Contudo, neste momento, queremos focar a discussão no ajuste fiscal da presidente Dilma.

Sr. Presidente, foi aprovada ontem a Medida Provisória nº 665, que é um dos maiores ataques aos trabalhadores. Em um momento de crise econômica, inflação alta, falta de perspectiva da recuperação econômica do Brasil e, principalmente, de desemprego, a Câmara dos Deputados aprovou a Medida Provisória nº 665, da presidente Dilma, que irá prejudicar os mais fracos e os mais vulneráveis da sociedade.

Essa medida provisória foi aprovada ontem pelos traidores dos trabalhadores. Afinal, quem vota em uma medida como essa é um traidor dos trabalhadores do Brasil. Trata-se de uma norma que dificulta o acesso dos trabalhadores ao seguro-desemprego, abono salarial e seguro defeso, que é aquele seguro pago aos pescadores.

Sr. Presidente, esses pescadores são pessoas que vivem no limite da sobrevivência. Eles perderam esse seguro, terão dificuldades em acessá-lo. Quando não conseguirem pescar, não terão mais nenhum tipo de garantia do Estado.

É um absurdo como essa medida provisória foi defendida pelo PT. É uma vergonha o Partido dos Trabalhadores defender uma medida como essa. Gostaria de saudar os pouquíssimos deputados do PT que votaram contra. Parece-me que só um deputado do PT votou contra essa medida provisória; alguns outros não foram ou não entraram no plenário. É uma vergonha para o Partido dos Trabalhadores e talvez seja o tiro de misericórdia que faltava para acabar com essa farsa de que o PT ainda representa os trabalhadores. E outros partidos ajudaram nessa mobilização para que a proposta fosse aprovada. É uma vergonha. Foi um duro golpe nos trabalhadores.

Repudiamos também a aprovação, na semana retrasada, do Projeto de lei nº 4330, que amplia a terceirização e a precarização do trabalho, ou seja, que vai penalizar ainda mais os trabalhadores do Brasil. Os deputados que votaram nesse projeto são deputados traidores da classe trabalhadora e da população.

Tem traição de todos os lados: do PT, do PSDB, que é oposição conservadora, do DEM, do PPS. Alguns votaram contra a medida provisória. Parece-me que a oposição de direita, conservadora, constituída por DEM, PPS e PSDB, votou contra a medida provisória, mas na verdade concorda com ela. Votou para fazer um enfrentamento contra a presidente Dilma e o PT. Mas votaram a favor do PL 4330, pois estão articulados com empresários, foram financiados por esses setores que têm o poder econômico.

Do outro lado, o PT votou contra as terceirizações, mas votou a favor da Medida Provisória nº 665, que representa o arrocho dos trabalhadores, que retira direitos trabalhistas e previdenciários dos trabalhadores mais pobres e vulneráveis. É um absurdo o que estamos vivendo no Brasil, um verdadeiro ajuste contra a classe trabalhadora.

A classe trabalhadora não criou a crise. A crise foi criada pelo governo, pelos banqueiros, pelos donos do capital nacional e internacional. Eles que paguem a conta. Nós, do PSOL, temos propostas. Nossa bancada em Brasília apresentou propostas para sair da crise sem penalizar os trabalhadores: temos que taxar as grandes fortunas, aumentar os impostos sobre as heranças. Temos uma série de propostas que podem tirar o Brasil da crise sem penalizar os trabalhadores: podemos também dobrar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das instituições financeiras.

Os banqueiros não estão pagando pela crise. Eles ganham muito dinheiro no Brasil, têm altos lucros - o Banco Itaú, o Bradesco, os especuladores da dívida, aqueles que investem no sistema financeiro -, mas não são penalizados. Eles só ganham. Quanto mais a população é penalizada, mais esses setores ganham.

Temos ainda a proposta de fazer a auditoria da dívida pública, que consta na Constituição Federal. É preciso fazer um desmonte dessa dívida pública, além de tomar medidas para recuperar o que foi sonegado e roubado pelos super-ricos, como no escândalo do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, o CARF. Temos várias formas de resolver essa crise. Nossa bancada de Brasília, que é muito competente, fez os cálculos: nós poderíamos recuperar mais de 100 bilhões para a economia, com todas essas medidas.

O governo está altamente articulado com os grupos econômicos, com os banqueiros, com o sistema financeiro, com o agronegócio e com o capital nacional e internacional, portanto, só resta a ele e ao Congresso Nacional penalizar os trabalhadores e a sociedade.

Mas nós não vamos pagar, nós vamos reagir. Os projetos foram para o Senado, tanto a medida provisória quanto o Projeto de lei nº 4330, e nós vamos derrotá-los, pois iremos mobilizar a população para que o Senado os rejeite. Ambos representam duros golpes contra a classe trabalhadora.

Finalizo minha intervenção de hoje dizendo ao telespectador: “olha, procure saber como votou o seu deputado federal na Medida Provisória 665, que foi votada ontem, e no PL 4330”. Se o seu deputado votou a favor em um desses projetos, ele é um traidor. Nunca mais vote nele e cobre dele uma posição.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - GILENO GOMES - PSL - Sras. Deputadas e Srs. Deputados, havendo acordo de lideranças, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes. Porém, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de segunda-feira, à hora regimental, sem Ordem do Dia, lembrando-os ainda da sessão solene a realizar-se hoje, às 20 horas, com a finalidade de dar posse aos conselheiros eleitos para o biênio 2015/2017 do Conselho Regional de Odontologia de São Paulo - CROSP - e da sessão solene a realizar-se segunda-feira, às 10 horas, com a finalidade de comemorar o “Dia da Policial Militar Feminina”.

Está levantada a sessão.

\* \* \*

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 30 minutos.

\* \* \*

## 11 DE MAIO DE 2015 36ª SESSÃO ORDINÁRIA

<p>Presidente: <b>JOOJI HATO</b> Secretário: <b>CORONEL TELHADA</b></p>
<p><b>RESUMO</b></p>
<p>PEQUENO EXPEDIENTE</p>
<p>1 - JOOJI HATO Assume a Presidência e abre a sessão.</p>
<p>2 - CORONEL TELHADA Manifesta-se sobre os falecimentos de sargento aposentado e de sua esposa, vítimas de marginais, ocorridos no final de semana. Lembra a indicação de seu mandato para a Comissão de Direitos Humanos. L e comenta matéria a criticá-lo, veiculada pela TV Gazeta. Reafirma sua intenção de trabalhar em prol das vítimas, e dos profissionais de Segurança Pública.</p>
<p>3 - CARLOS GIANNAZI Declara apoio e solidariedade aos servidores da Fundação Casa, em greve desde 07/05. Lamenta o adocimento de profissionais do setor, em razão de condições precárias de trabalho. Crítica o Governo do Estado por não se sensibilizar com as necessidades da categoria. Acrescenta que há desrespeito à data-base salarial. Afirma que o reajuste fiscal tem trazido prejuízo à Educação, no estado de São Paulo. Apela ao governador Geraldo Alckmin que atenda às reivindicações dos grevistas.</p>
<p>4 - CARLOS GIANNAZI Retoma discussão a respeito da greve do magistério estadual. Informa sua participação em assembleia, com cerca de 40 mil professores, ocorrida na última sexta-feira, na Av. Paulista. Ressalta que o Governo do Estado não demonstra interesse em negociar com o setor. Declara que o Poder Executivo desrespeita a data-base da categoria. Reflete sobre os baixos salários dos professores.</p>
<p>5 - CARLOS GIANNAZI Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.</p>
<p>6 - PRESIDENTE JOOJI HATO Defero o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 12/05, com Ordem do Dia. Lembra a realização de sessão solene, hoje, às 20 horas, com a finalidade de “Homenagear a Família, Base da Sociedade”. Levanta a sessão.</p>
<p>- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Jooji Hato. * * *</p>
<p>O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.</p>
<p>Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.</p>
<p>Convído o Sr. Deputado Coronel Telhada para, como 1º Secretário “ad hoc”, proceder à leitura da matéria do Expediente.</p>
<p>O SR. 1º SECRETÁRIO - CORONEL TELHADA - PSDB - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão. * * *</p>
<p>- Passa-se ao</p>